
Entre a liberdade sexual e a censura ditatorial: As representações de mulheres lésbicas no jornal “A Província do Pará” na década de 1970

Alana Albuquerque de Castro ¹

Resumo: No período da Ditadura Civil-Militar, mais precisamente na década de 1970, as homoafetividades ganhavam grande destaque não apenas no cenário nacional, mas no mundo todo. Movimentos como o *Gay Power* e a *Revolução Sexual*, marcaram uma geração que estava pronta para quebrar todos os “tabus”. Neste contexto, a cidade de Belém/PA também presenciou essas transformações, mesmo com uma Ditadura em vigília de cada movimento visto como “impróprio”, “subversivo” e “imoral”. Dito isto, este trabalho busca compreender como as Mulheres Lésbicas estavam inseridas nessa sociedade ditatorial e cheia de transformações, através de um dos veículos de comunicação da grande imprensa: *A Província do Pará*. E assim, entender como elas eram representadas nas páginas deste jornal paraense, tendo como objetivo dar voz a um grupo tão marginalizado e frequentemente invisibilizado pela sociedade do período.

Palavras-Chave: Lesbianidades; Gênero; Sexualidade; Ditadura; Imprensa.

Introdução

Ao longo dos séculos, mulheres sempre foram subjugadas, dominadas e encaradas como ‘bonecas de reprodução’, que estão ali para compor uma estrutura hierárquica, sempre sendo colocadas na parte inferior da pirâmide. Vivemos em uma sociedade que tenta a todo custo nos controlar e nos diminuir, e sexualmente nos reprimir. Os estudos sobre as mulheres lésbicas na Ditadura confrontam o modelo de sociedade da época, que exaltava a heteronormatividade e repudiava tudo aquilo que fugisse do “padrão”. Todavia, esse “modelo” ainda é exaltado por uma grande massa até os dias atuais, difundido pela igreja, pela família e pela escola. Como contextualiza Bourdieu (1999):

¹ Historiadora, Mestra e Doutoranda em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará. Atua principalmente nos campos de Ditadura, gênero e sexualidades. Email: alanaalbc@hotmail.com

As regularidades da ordem física e da ordem social impõem e inculcam as medidas que excluem as mulheres das tarefas mais nobres..., assinalando-lhes lugares inferiores..., ensinando-lhes a postura correta do corpo..., atribuindo-lhes tarefas penosas, baixas e mesquinhas. (...) O trabalho de reprodução esteve garantido, até época recente, por três instâncias principais, a Família, a Igreja e a Escola, que, objetivamente orquestradas, tinham em comum o fato de agirem sobre as estruturas inconscientes. É, sem dúvida, à família que cabe o papel principal na reprodução da dominação e da visão masculinas; é na família que se impõe a experiência precoce da divisão sexual do trabalho e da representação legítima dessa divisão, garantida pelo direito e inscrita na linguagem. Quanto à Igreja, marcada pelo antifeminismo profundo... ela inculca (ou inculcava) explicitamente uma moral familiarista, completamente dominada pelos valores patriarcais e principalmente pelo dogma da inata inferioridade das mulheres... (BOURDIEU, 1999 grifo meu)

Em meio a essas regularidades sociais existentes na sociedade, que são impostas as mulheres, em um período turbulento de ditadura, surge a *Revolução Sexual*, que segundo Mary Del Priore (2011:254), eclodiu no mundo todo, ocasionando uma geração pronta para quebrar todas as regras impostas pela sociedade em busca de se autoafirmarem e de agir da maneira que achassem que era mais conveniente para si. Era um momento de descobertas e de uma luta pela liberdade de ser quem quisessem ser. Por outro lado, existia uma Ditadura pronta para inviabilizar qualquer comportamento visto como “impróprio”. E o surgimento da Revolução Sexual reflete no surgimento do movimento *Gay Power*, que surgiu nos E.U.A e logo foi crescendo no Brasil. Como também acrescenta, Sant Ana (2016),

A revolução sexual teve suas maiores expressões apreendida pelo movimento hippie e pela juventude rebelde dos anos 1960 e 1970, desencadeando novos códigos de comportamento sexual e de relações interpessoais, obtendo gradativamente um status de regra geral de comportamento. (Sant Ana, 2016: 13).

Nos anos de 1964 a 1985, o Brasil passou por um período de grande obscuridade com a ascensão da Ditadura Civil-Militar, que deixou marcas profundas não só na história do nosso país, mas também em outros países da América Latina que passaram pelo mesmo processo turbulento de restrições de direitos, perseguições, mortes em massa e diversas outras atrocidades. No Brasil, após o Ato Institucional número 5, a repressão se intensificou, inaugurando assim os chamados “anos de chumbo”. “DECRETA: Art. 1º Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação.” (Ato Institucional número 5:1968). Como explica Kushnir (2001):

O AI-5, promulgado em 13 de dezembro de 1968, suspendeu garantias institucionais e deu poderes absolutos ao Regime. Nesse mesmo dia, a imprensa carioca e paulista recebeu um “manual de comportamento”, que justificava os objetivos da censura e

ditava uma série de normas, explicando quais tipos de notícias não deveriam ser publicadas. Entre essas regras, estava a proibição das publicações que desmoralizassem o Governo, incitassem à luta de classes, veiculassem declarações de cassados ou crítica aos Atos Institucionais e propagassem notícias estudantis de caráter político ou atividades subversivas, greves ou movimentos operários. (Kushnir, 2001: 37)

É importante frisar que no Brasil, a imprensa foi em grande parte responsável pela manutenção do golpe e pelo apoio de alguns setores da sociedade civil, o jornal por ser um forte meio de comunicação, acaba tendo grande influência na economia e na política do país, além de ser um importante formador de opinião, utilizo do conceito de representação que parte das análises de Roger Chartier (1991) que nos fala sobre a produção do coletivo no mundo social, pois “considera as representações coletivas como matrizes de práticas construtoras do próprio mundo social” (Chartier, 1991:183). Em Belém, vemos como isso refletia nos jornais locais que pertenciam a “grande imprensa”, como o Liberal, Folha do Norte e A Província do Pará, que apoiaram o golpe militar. Como afirma Ferreira (2007),

Os veículos de comunicação da imprensa de Belém, mais expressivos na época, Folha do Norte, A Província do Pará e O Liberal, que mesmo defendendo interesses aparentemente tão diversos no plano local, refletiam uma certa unidade editorial em relação ao plano federal, a partir da opinião de seus articulistas e redatores responsáveis pela edição das páginas que tratavam do noticiário político nacional. Ora mais, ora menos, ora ostensivamente, ora disfarçadamente, a imprensa em geral, clamava pelo golpe. (Ferreira, 2007: 3)

Devido ao seu apoio, era muito comum nas páginas dos jornais notícias estigmatizantes sobre as sexualidades dissidentes, onde frequentemente eram retratados como sendo anormais, imorais, violentos, pecaminosos, pervertidos e doentes. Não é à toa que a maioria das reportagens que coletei, eram de páginas policiais. De acordo com Quinalha (2018), o governo se utilizava da censura e da “moral e dos bons costumes” para conter as expressões das sexualidades dissidentes, e esses ideais, eram ainda mais difundidos pelos setores midiáticos, principalmente pelos jornais e revistas da época. Ele fala que o período se caracterizou pelo que ele chama de “ditadura hetero-militar”, pois segundo o autor, havia uma política sexual oficializada e institucionalizada para controlar manifestações tidas como “perversões” ou “desvios”. (Quinalha, 2018: 35).

Lesbianidade: liberdade sexual e repressão simbólica.

Todavia, no caso das mulheres lésbicas, as manchetes referentes a elas eram em número muito menor, do que em relação aos homens gays e as travestis, por exemplo. Nota-se um silenciamento gigantesco. Nos primeiros anos da década de 1970 é como se elas não

existissem, nas páginas da Província, nada era mencionado. As primeiras manchetes começam a aparecer já no final da década de 1970, e as poucas que por mim foram encontradas, eram inferiorizando as mulheres e dando destaque para os crimes passionais. O fato de as reportagens aparecerem apenas no final da década está muito ligado ao fato de ser o período de “afrouxamento” da ditadura, com o processo de reabertura política iniciado em 1974, durante o governo de Geisel. O que torna a pesquisa sobre as mulheres lésbicas desafiadora, pois além de precisarmos lidar com a falta de fontes, ainda há um silenciamento histórico. Como aponta Oliveira (2017), “Contada quase unicamente pela voz do patriarcado, a história apagou de suas páginas a participação de mulheres lésbicas. Delas não somos agentes coletivos, mas sim objetos da narrativa.” (Oliveira, 2017:7). Precisamos destacar ainda, o fato de gênero só ser estudado como categoria no final do século XX. Como afirma Joann Scott (1990).

As preocupações teóricas relativas ao gênero como categoria de análise só apareceram no final do século XX. Elas estão ausentes na maior parte das teorias sociais formuladas desde o século XVIII até o começo do século XX. De fato, algumas dessas teorias construíram a sua lógica sob analogias com a oposição masculino/feminino, outras reconheceram uma “questão feminina”, outras ainda preocuparam-se com a formação da identidade sexual subjetiva, mas o gênero, como o meio de falar de sistemas de relações sociais ou entre os sexos, não tinha aparecido. (Scott, 1990:19)

Apesar do apagamento, as mulheres lésbicas não aceitaram ser colocadas as margens da sociedade, e se utilizavam de agências para confrontar as amarras da ditadura. A sociedade estava passando por diversas transformações no final da década de 1970, com o processo de transição e abertura política. Em especial, o ano de 1978, se caracterizou sendo um ano de grandes mudanças, não só em relação as manifestações de grupos minoritários, mas também pela maior evidência da imprensa gay e do surgimento do primeiro movimento gay do Brasil, o SOMOS. Como nos fala Franco e Nery (2018):

Em especial, o ano de 1978 representou um marco fundamental na redemocratização do Brasil e na história do movimento LGBT. Isso porque, dentre as forças políticas que se engajaram nessas lutas democráticas, merece destaque o então chamado “movimento homossexual brasileiro” (MHB). Foi em maio de 1978 que ocorreu, na cidade de São Paulo, a primeira reunião de um grupo que logo assumiria o nome “Somos – Grupo de Afirmação Homossexual”. Foi o coletivo pioneiro na articulação do MHB, que logo se espalharia Brasil afora com o surgimento de diversos grupos em outros estados da Federação. Além disso, um mês antes, em abril de 1978, havia começado a circular o jornal mensal Lâmpião da Esquina, considerado a primeira publicação de circulação nacional, claramente engajada nas lutas políticas travadas pela imprensa alternativa e feita por homossexuais para homossexuais. (Franco e Nery, 2018:10)

Nesse primeiro momento, o Movimento Homossexual é marcado por um sentimento de antiautoritarismo, devido a vivência durante os anos de repressão onde as sexualidades periféricas eram extremamente marginalizadas, excluídas, sendo atreladas a doenças e encaradas como um “perigo para a sociedade”. Green (2000), acredita que se o AI-5 e a repressão de 1968, dando início aos anos de chumbo, não tivessem existido, as primeiras manifestações de um Movimento Homossexual, ocorreriam já no início dos anos 1970.

Além do AI-5, não havia nenhuma lei que proibisse diretamente a lesbianidade, tudo era falado de maneira geral, contra qualquer um ou qualquer ato que fosse considerado “subversivo” de alguma forma, entretanto, já existia um preconceito próprio da sociedade da época que percebemos embutido nos discursos do governo e da mídia. Pois “no ‘padrão científico’, o homem ou o masculino tem sido a “norma” e isso se evidencia desde as elaborações linguísticas nas quais tradicionalmente se toma o masculino como sinônimo de humanidade.” (Sayão, 2003:122). Cabe aqui, citar Foucault (1999), que afirma que as leis são produtos de um biopoder, que encara como ameaça absoluta todos aqueles que fogem da norma.

A lei sempre se refere ao gládio. Mas um poder que tem a tarefa de se encarregar da vida terá necessidade de mecanismos contínuos, reguladores e corretivos. Já não se trata de pôr a morte em ação no campo da soberania, mas de distribuir os vivos em um domínio de valor e utilidade. Um poder dessa natureza tem de qualificar, medir, avaliar, hierarquizar, mais do que se manifestar em seu fausto mortífero; não tem que traçar a linha que separa os súditos obedientes dos inimigos do soberano, opera distribuições em torno da norma. (Foucault, 1999:136)

E toda essa resistência da sociedade civil e da ditadura, parte de ideais fundados no binarismo, que exclui, ameaça e tenta exterminar. E por essa recusa de pertencer a norma, se tornar cada vez mais gritante após o boom dos movimentos de liberdade sexual, a hostilização e o silenciamento virou uma arma poderosa para conter os “imorais”, pois a sexualidade, como afirma Rubin (2012), também é uma manobra política.

Como em outros aspectos do comportamento humano, as formas institucionais concretas da sexualidade em um determinado tempo e lugar são produto da atividade humana. São imbuídas de conflitos de interesse e manobras políticas, ambas deliberadas e incidentais. Nesse sentido, o sexo é sempre político. Mas há períodos históricos em que a sexualidade é mais nitidamente contestada e mais excessivamente politizada (Rubin, 2012:1).

Segundo Marisa Fernandes (2018), as lésbicas iniciaram sua organização política quando começaram a participar do SOMOS, que inicialmente era composto apenas por homens gays e já existia há 8 meses quando elas chegaram. Como enfatiza a autora, “assim o que elas tinham era a potencialidade revolucionária dos discursos sobre o desejo, o prazer

sexual e a possibilidade de subverter uma realidade imposta, a heterossexualidade compulsória.” (Fernandes, 2018:94)

No entanto, embora a liberdade sexual entre mulheres ter ganhado força, o governo vigente não era muito adepto a qualquer tipo de demonstração que fugisse da heteronormatividade esperada e pregada pela sociedade. Sobretudo, a liberdade em escolher com quem se relacionar e por quem se sentir atraída, pois o esperado e o que era considerado o ‘correto’ era a heterossexualização compulsória. Como contextualiza Soares (2018),

O conceito de heteronormatividade surge em 1991, criado por Michael Werner, como nos conta Miskolci (2012), segundo ele para dar conta de uma nova ordem social. Se antes o conceito de heterossexualidade compulsória exigia que todos/as fossem heterossexuais para serem considerados normais, na heteronormatividade todos os sujeitos devem organizar suas vidas conforme o modelo heterossexual, tendo práticas sexuais hetero ou homossexuais, dando a entender a heterossexualidade não só como uma orientação sexual, mas como um modelo político que organiza a vida das pessoas e a sociedade como um todo (Soares, 2018:34).

Portanto, tudo o que fugisse desse padrão era visto como “anormal”. É nesse momento, que escritoras que exaltam essa liberdade sexual feminina, sem tabus, são censuradas pela ditadura. Exemplo disso é a escritora Cassandra Rios que teve seus livros censurados pela Ditadura Militar por escrever sobre afetividade lésbica. Como afirmam Piovezan e Fontura (2015),

Em 1970, o então chefe do Departamento de Censura do Juizado de Menores, Sérgio Cardoso de Castro, convocou a imprensa para denunciar a presença de “diversos livros com linguagem pornográfica e de terceira categoria sobre lesbianismo”, que pareciam surgir no Brasil. Dos 16 livros recolhidos naquele momento, três eram de Cassandra Rios: *A Paranoica*, *A Tara* e *A Volúpia do Pecado*. A “apreensão para avaliação” dos volumes revela uma concepção e uma prática que se tornarão constantes durante o regime militar: a concepção de que o lesbianismo, por si só, era algo pornográfico e, portanto, obsceno e atentatório às famílias, sendo necessária a sua exclusão dos olhos públicos; e a prática de censurar os títulos de Cassandra Rios, uma das principais autoras a explorar o lesbianismo em suas obras, o que acabará por torna-la a escritora mais censurada pelo regime. (Piovezan e Fontoura Jr., 2015: 2408)

Podemos perceber através da censura aos livros de Cassandra o quanto a liberdade sexual incomodava a ditadura e que a varredura nos conteúdos sobre homossexualidade, eram varridos na tentativa de silenciar grupos identitários e negar a sua existência. Acreditando que assim estariam preservando a “moral e os bons costumes”. Como contribui Quinalha (2017),

A criação da figura de um “inimigo interno” valeu-se de contornos não apenas políticos de acordo com a Doutrina da Segurança Nacional, mas também morais, ao associar a homossexualidade a uma forma de degeneração e de corrupção da juventude (Quinalha, 2017: 25).

“MULHER CASA COM MULHER!”: Lesbianidades nas páginas da Província.

Como dito anteriormente, as primeiras manchetes sobre as mulheres lésbicas só começam a aparecer nas páginas do jornal, já no final da década de 1970, esse apagamento por parte dos jornais é bem nítido, já que outros grupos identitários como os homens gays e as travestis, apareciam constantemente. A primeira manchete que veremos é datada de 1977, está localizada no caderno policial e narra um crime cometido por uma mulher sáfica.

Apaixonada por outra mulher, Leonor Galvão Pinheiro, aplicou violenta surra no marido Raimundo Correa Pinheiro, carpinteiro, de 29 anos de idade. A cena de espancamento ocorreu na residência do casal à Passagem Stélio Maroja, no Barreiro, bairro do Telégrafo Sem Fio. Raimundo foi medicado no Pronto Socorro Municipal onde chegou com a cabeça quebrada, supercílio esquerdo rachado e lábios partidos. Depois de medicado compareceu à polícia. Há muito que Leonor está de amores com uma moradora do Stélio Maroja, romance que já vinha rolando de boca em boca dos intranquilos habitantes da artéria. O último a saber foi o carpinteiro que procurou junto a esposa saber se procedia a denúncia que tinham feito. Leonor foi taxativa, disse a verdade e ao mesmo tempo aplicou a surra no mestre, deixando-o em estado lastimável. Fugiu mas já está sendo procurada. (Confessou [...], 1977:11)

O jornal fala que Leonor largou o marido por ter se apaixonado por outra mulher, e afirma que Leonor teria espancado o marido. Contudo, só temos acesso ao depoimento do marido, e não sabemos até que ponto ele estaria falando a realidade dos fatos. Taxar a mulher como violenta e adúltera, poderia ser uma narrativa onde o colocaria como vítima. Mas há também a possibilidade de fato de Leonor ter sido agressiva com o ex-marido. O que intriga, é o fato da primeira reportagem da década sobre lesbianidade, estar vinculada a personagem da lésbica violenta e criminoso. Mesmo que o crime tenha de fato ocorrido, é no mínimo curioso que a visibilidade só foi dada as mulheres lésbicas quando cometeram algum crime. Podemos configurar como sendo uma repressão e dominação simbólica, onde o silenciamento por parte do jornal, age como forma de manter este grupo identitário no anonimato, pois “se não é falado, não existe.” Como pontuam Bicalho e Diniz (2009),

A forma particular de dominação simbólica de que são vítimas os homossexuais, marcados por um estigma que, à diferença da cor da pele ou da feminilidade, pode ser ocultado (ou exibido), impõe-se através de atos coletivos de categorização que dão margem a diferenças significativas, negativamente marcadas, e com isso a grupos ou categorias sociais estigmatizadas. Como em certos tipos de racismo, ela assume, no caso, a forma de uma negação da sua existência pública, visível. A opressão como forma de ‘invisibilização’ traduz uma recusa à existência legítima, pública, isto é, conhecida e reconhecida, sobretudo pelo Direito, e por uma estigmatização que só aparece de forma realmente declarada quando o movimento reivindica a visibilidade. Alega-se, então, explicitamente, a ‘discrição’ ou a dissimulação que ele é ordinariamente obrigado a se impor (BOURDIEU, 2003, pp. 143-144, destaques nossos). (Bicalho e Diniz, 2009:4)

Ou seja, deslegitimar e negar a existência era uma forma de conter, de dominar. E depois da reportagem anterior, o jornal volta a falar sobre lésbicas só em 1978, no Caderno da Mulher, área destinadas aos assuntos femininos, uma reportagem com um certo destaque, sobre “Lesbianismo”. O jornal diz ser um problema psicológico e que “talvez” fosse possível obter a cura. O título e o destaque da reportagem mostram o quanto o jornal estava interessado em chamar a atenção do leitor para o assunto. A reportagem começa dizendo que a revolução sexual trouxe uma grande problemática social e psicológica para a sociedade, pois trouxe o aparecimento daqueles vistos como “diferentes”, inclusive da lésbica que eles denominam como sendo a mulher homossexual.

Pois bem, uma das diferenças fundamentais entre a homossexualidade masculina e a homossexualidade feminina, é que – em geral – o lesbianismo consiste muito mais na manifestação dos “sentimentos amorosos”, do que na realização de verdadeiros atos sexuais. (...) A homossexualidade feminina (que é, portanto, mais frequente entre solteiras) aumenta com a idade: é assinalada, de fato, num índice de 2-3 por cento entre os 15-20 anos de idade – num índice de 5-8 por cento entre os 20-30 anos de idade – de 10 por cento entre os 30-40 anos de idade. Sucessivamente, tende a diminuir. Na maioria das mulheres a atividade homossexual permanece circunscrita num determinado período de tempo, que – em geral – não ultrapassa 3 anos. (ROSSI, Ornela. Lesbianismo, a homossexualidade “platônica”. (...) Não se trata de um comportamento inato e sim adquirido. Isso é, uma mulher não nasce lésbica, mas lésbica pode tornar-se no decorrer do seu desenvolvimento psico-sexual. (...) Não se trata de uma verdadeira doença e muito menos de “perversão” ou de um “vício”. É – isso sim – uma variante do comportamento feminino usual. Finalmente, nas mulheres que tem forte motivo para recusá-lo e que desejam integrar-se também socialmente na heterossexualidade, o lesbianismo pode ser eventualmente eliminado, com tratamentos psicológicos e psiquiátricos. (Lesbianismo [...], 1978:10)”

Ainda que o jornal diga que não considera uma doença e muito menos uma perversão, ele se contradiz em vários pontos. Primeiramente, dizendo que as relações homossexuais entre os homens se diferem da feminina porque na feminina existe afeto, deixando claro portanto que o jornal acredita que a masculina é algo carnal e superficial, mais uma vez mesmo que de forma implícita demonstrando seu desconforto para com a homossexualidade.

Em outro trecho, diz que a homossexualidade feminina, na maioria dos casos, tende a ser coisa de momento e passageira, dando a entender que esse tipo de “comportamento” não faz parte da maioria das mulheres da sociedade, apresentando mais uma vez a sua aversão à lesbianidade, querendo fazer com que a sociedade e as próprias lésbicas se enxerguem como anormais, por não fazerem parte da maioria e essa opinião fica mais clara ainda no final da matéria, onde sugere-se para as mulheres que querem se “livrar desse mal” e se integrar a “sociedade moralizada”, que procurem tratamento psicológico ou psiquiatra, se

contradizendo instantaneamente sobre a homossexualidade não ser “doença”, já que afirmam que para os interessados a mesma pode ter “cura” e ainda falam que existe uma data limite para que ela deixe de ser praticada pela mulher e dizem que esse período é de 3 anos. Como teoriza Blume (2021) “na concepção destes médicos biodeterministas, a homossexualidade era um tipo de “perversão sexual” e uma manifestação endócrina anormal.” (Blume, 2021:35). Ou seja, classificando como doença, o que era bastante comum, explicar a homossexualidade por meio dos discursos médicos/biológicos, como Carrara (2015), aponta:

(...) teria se forjado, ao longo do século XIX, e se difundido, na primeira metade do século XX, um regime da sexualidade dotado de uma racionalidade, uma moralidade e uma política bastante particulares. De modo esquemático, podemos dizer que, no plano da racionalidade do “antigo” regime, o desejo sexual, sob a forma de um “instinto natural”, figurava, como a fome, a sede ou o sono, enquanto necessidade fisiológica primária, sobre a qual os indivíduos, especialmente os homens, tinham pouco ou nenhum controle, ao menos não sem a ajuda de diferentes especialistas e mediadores. Esta concepção fazia com que os discursos das ciências biológicas e da medicina fossem considerados, entre os saberes eruditos, como os mais legítimos para “explicar” a sexualidade. Vozes alternativas eram ou tributárias dessa concepção, como no caso da sexologia, ou, como aconteceu com a psicanálise, francamente minoritárias até a segunda metade do século XX. Assim, nesse plano, a sexualidade passou a ser apreendida, sobretudo, a partir de uma linguagem biomédica. (Carrara, 2015: 327)

Esse discurso patológico sobre as sexualidades vistas como periféricas não era algo próprio da década de 1970, mas foi construído ao longo dos séculos, tanto pelos médicos, quanto pela igreja. Como afirma Blume (2015), “A homossexualidade foi tratada como degeneração humana, anomalia, doença ou crime, e se constituiu no Brasil como um problema social a ser combatido.” (Blume, 2015:39). De acordo com Louro (2004), as categorias de sexo, gênero e sexualidade, são pensadas por esses discursos patológicos, como forma de manter a permanência da normalidade.

A concepção binária do sexo, tomada como um “dado” que independe da cultura, impõe, portanto, limites à concepção de gênero e torna a heterossexualidade o destino inexorável, a forma compulsória de sexualidade. (...) postos em ação pelas famílias, pelas escolas, pelas igrejas, pelas leis, pela mídia ou pelos médicos, como o propósito de afirmar e reafirmar as normas que regulam os gêneros e as sexualidades (Louro, 2004:84)

Esse “mal a ser combatido”, faz parte dos discursos que acabam sendo instaurados pelas normas reguladoras, e pode ser bastante percebido na reportagem que mostraremos a seguir. Ela também é do ano de 1978, e fala sobre um casamento entre duas mulheres que aconteceu em Belém/PA, no bairro da cremação, em uma vila que comportava poucas casas.

Um casamento fora do comum foi realizado ontem em um terreiro de umbanda, no bairro da Cremação e que deixou os vizinhos entre incrédulos e revoltados. Duas mulheres, Nilza Conceição (o “homem”) e Nazaré Moura, casaram e para a cerimônia ocorreu na Vila Trem e celebrada pela “mãe-de-santo” Herondina. Nilza Conceição é universitária – vai se formar de advogada – enquanto que Nazaré Moura já é casada e possui três filhos, sendo o mais velho de 14 anos de idade que se sente “um jovem envergonhado”, segundo os vizinhos que o conhecem. Os dois outros filhos, um menino e uma menina, residem com a mãe, e os atos de amor do casal é visto pelos menores, “num verdadeiro acinte”. Nilza, após relutar muito, declarou seu amor por Nazaré e as duas já viviam juntas há 5 anos. Enquanto os moradores faziam os mais diversos comentários sobre o casamento, os nubentes se preparavam para as comemorações, que iam se prolongar por toda a noite. (Mulher [...], 1978:1)

Acima, vemos o relato do jornal sobre o casamento e a ironia ao chamar Nilza de “homem”, apenas pelo fato dela estar vestindo roupas consideradas mais “masculinas”. Tenta-se dessa forma, fazer dela “menos mulher”, baseando sempre em conceitos binários e heterossexuais, para eles este como sendo o único modelo aceito, classificam uma mulher como homem por acreditarem que toda relação deve apresentar uma figura masculina. Como teorizam Ribeiro, Carmo e Pinto (2020), ao citarem Witting (1992):

“Ao tentar definir a identidade das mulheres homossexuais, Wittig (1992) põe que a conceituação desse grupo está para além das categorias sexuais – homem e mulher – uma vez que as lésbicas não são econômica, política ou ideologicamente vistas como mulheres. De acordo com essa autora, isso se dá porque se o que define a categoria “mulher” é sua posição social em relação à categoria “homem”, tal definição pressupõe relações heterossexuais. As lésbicas, pelo simples fato de recusarem a se tornar ou a se manter heterossexuais, não poderiam ser enquadradas na definição categórica de “mulher”.” (Ribeiro, Carmo e Pinto, 2020:5)

Para além disso, o jornal pontua que o filho mais velho de Nazaré, estaria envergonhado, como se ela o estivesse desrespeitando de alguma maneira. O mesmo é dito sobre os filhos menores, que o fato das duas trocarem carinhos (como qualquer casal) na frente das crianças, seria um “acinte”. A matéria ainda diz que Nazaré é casada com um homem, no presente, deslegitimando a união da duas. Percebe-se que ao relatar sobre o casamento, o jornal não deixa de demonstrar aos leitores o seu descontentamento. Era esperado que o casamento não fosse visto com bons olhos, pois como afirma Silva (2012):

Um relacionamento amoroso entre pessoas do mesmo sexo jamais poderia ser legítimo, porque no fim sempre pairaria a sombra da carência, da aflição e da insegurança por ser um tipo de relacionamento desconforme com as regras naturais e sociais. Ao contrário da conjugalidade heterossexual, que era aprovada e referendada pela sociedade, mas principalmente pela biologia que elegia o casal heterossexual e sua capacidade de reprodução como o exemplo nítido do ajuste dos seres humanos e uma vida afetiva e

sexual plenamente realizada. O normal era ser heterossexual, enquanto para o “homossexualismo” só restava a marca de desvio. (Silva, 2012:36)

Essa marca de “desvio” acaba também perseguindo Nilza e Nazaré, pois a equipe de reportagem que esteve no casamento, ainda relata que ele causou um grande tumulto entre os moradores da vila, que se amontoavam para ver o que estava acontecendo, sendo que a festa estaria programada para acabar bem tarde da noite, mas acabou cedo pois as noivas estariam assustadas com tamanha repercussão. Elas acabam por fugir da Vila, por medo das represálias que pudessem vir a sofrer. Represálias essas que são anunciadas na reportagem abaixo.

Os moradores da Vila Trem, cerca de 20 famílias, estão revoltados com as gozações que surgiram em consequência do “casamento” de Nilza Conceição e Nazaré Moura, moradoras da vila. Não só os moradores da Vila Trem, como os de todo o bairro da Cremação, vêm sendo gozados, o que está criando um clima de insatisfação. De fato, os moradores da Vila do Trem e da Rua Caripunas estão revoltados com o fato e podem até usar medidas extremas, como agressão, caso encontrem as duas mulheres. Os vizinhos das “nubentes” se negam a fazer comentários, apenas dizendo que “essa palhaçada veio trazer desassossego para todos nós”. Apesar da revolta, os moradores nada tentaram contra a casa onde Nilza e Nazareth moram há dois anos. Habitantes da Vila em geral esperam pela volta das mulheres que casaram, alguns querem o couro das duas. Nada mais justo; por causa do casamento, fala-se abertamente que não há homem no bairro. (Casalzinho [...], 1978:10)

O trecho nos fala sobre a reação dos moradores locais, que estariam indignados com os comentários que estariam recebendo sobre o casamento de Nilza e Nazaré. É dito que as duas podem até sofrer agressões físicas por parte dos moradores, e o jornal diz que é justo, já que os comentários diziam que não havia homem no local. Ou seja, por terem sua masculinidade “ferida” por uma união que nada tinha a ver com eles, os “machões” de plantão se sentiam no direito agredir e humilhar as noivas. O jornal apoia abertamente a decisão, como se elas tivessem cometido alguma espécie de crime, criminosas de honra. Pois o jornal faz apologia à violência de gênero e ainda reforça e naturaliza a lesbofobia.

O curioso é que elas feriram a honra de pessoas que nenhuma ligação tem com elas. De acordo Tamsim Spargo (2006), O homossexual foi patologizado como um tipo perverso ou desviante, um caso passível de tratamento, em suma, uma aberração a norma heterossexual. Como tal, ele era sujeito aos efeitos disciplinadores, marginalizadores e subordinadores do controle social. Crimes cometidos sobre pessoas que fogem dessa “normalidade” imposta pela sociedade, são crimes de ódio baseados no desejo de “punir” esses grupos. Como nos fala Ramos (2005), a imprensa também fortalecia um discurso onde a culpa acabava caindo sobre a vítima que se “premitiu” passar por determinada situação.

Mas a abordagem sensacionalista da imprensa, quase exclusivamente noticiando casos de violência letal, favorecia uma visão parcial da vitimização de homossexuais e tendia a “confirmar” representações vigentes da homossexualidade, nas quais a tragédia era, de alguma forma, efeito das fraquezas sexuais, morais e de escolhas da própria da vítima, que teria encontrado um destino procurado por ela mesma. (Ramos, 2005:35)

Nas semanas que se seguem, eu não encontrei mais nada referente a Nilza e Nazaré, então não se sabe se elas voltaram a vila, se deixaram a poeira esfriar ou se nunca mais apareceram ali, já que poderiam colocar em risco as suas integridades físicas. Mas esperamos que essa história tenha tido um final feliz e que ambas tenham encontrado paz e felicidade no seu casamento, sem que o mundo se sentisse agredido apenas por sua existência. Entretanto, elas não são as últimas personagens a embalar as páginas da Província no final da década.

Como todo bom marido enganado, Rita Pereira Melo chegou repentinamente de uma viagem e não deu outra coisa: Marina Conceição silva, a amante, estava em uma rede com outra, identificada apenas como Maria Doralice. Deu maior encrenca. Rita ficou indignada, sacou uma faca e distribuiu golpes com fartura. Maria Doralice, a “Ricardona”, tratou de fugir. D. Elvira, “sogra” de Rita e mãe de Marina, ficou ferida levemente. A amante infiel levou uma facada no tórax e está internada. (...) Os vizinhos de Rita contaram que a lésbica tem ciúmes de Marina, proibindo-a até de falar com pessoas amigas. No domingo, Rita chegou de surpresa de uma viagem a São João de Pirabas, vila do município de Primavera. E para a sua surpresa chegou em casa e encontrou Marina da Conceição, sua “amante”, deitada em uma rede com Maria Doralice. No DP, Rita comenta que já vive há 6 anos com Marina e afirmou que não admite traição. (TRANSA [...], 1978:10)

Mais um caso de crime passionai que foi parar no caderno policial da Província ligado as mulheres lésbicas, o jornal novamente usa um termo masculino ao se referir a Rita como “marido”. Como se ela fosse a figura “masculina” da relação, pois espera-se que assim seja, pela sociedade que não a enxerga como mulher, por ela não reluzir “feminilidade”. De acordo com Borillo (2010), diferente do homossexual que é claramente uma figura medicalizada, a figura da lésbica recebe mais equívocos. Ao citar H. Corbin, o autor diz:

Enquanto a homossexualidade masculina é claramente medicalizada, por sua vez, a figura da lésbica assume contornos mais equívocos, de acordo com a observação de H. Corbin (1964): "O imaginário de Safo, elaborado pelos homens desta época, permanece ambíguo; ela traduz o vaivém entre o fascínio exercido pela profusão feminina e o temor que inspira o prazer da mulher ao manifestar-se na ausência do homem". O desaparecimento da mediação do masculino transforma a lésbica em uma personagem subversiva. Assim, as primeiras explicações psicanalíticas do lesbianismo falam de uma rejeição dos homens e de uma recusa da feminilidade. (Borillo, 2010:68)

Observa-se que o jornal faz questão de debochar de Rita, ao tratá-la no masculino, assim como tratou anteriormente, Nilza. Desse modo, detecta-se um padrão, as reportagens sobre as mulheres lésbicas têm um tom de ironia e deboche sempre presente nas narrativas.

Além de ligá-las a uma doença mental, ainda promovem manchetes que as taxam como criminosas. Isso não quer dizer que as ações de Rita ou Leonor estejam corretas ou erradas, a questão é que suas subjetividades, enquanto ser humano, passíveis de erros e acertos estão sendo questionadas a todo momento, criminalizando-as, mas é curioso o fato de lésbicas só aparecerem nas páginas dos jornais quando é para serem julgadas, apontadas e jogadas na fogueira. Sobre as formas que elas são representadas, Hall (2016), fala:

O poder, ao que parece, tem que ser entendido aqui não apenas em termos que exploração econômica e coerção física, mas também em termos simbólicos ou culturais mais amplos, incluindo o poder de representar alguém ou alguma coisa de certa maneira – dentro de um determinado “regime de representação”. (Hall, 2016:193)

Portanto, a intenção do jornal era trazer ao leitor, de maneira implícita e as vezes até explícita que a mulher lésbica não podia ser considerada normal, tratando de relacioná-las com diversos estereótipos que permearam no imaginário da população. E essa hostilidade a respeito das mulheres lésbicas, permeava também dentro do próprio movimento feminista, como veremos na reportagem a seguir, que diferente das demais, é uma reportagem do jornal *O Liberal*, outro veículo de comunicação paraense, que faz parte da grande imprensa, e o fato deste trabalho trazer apenas uma reportagem dele, se dá por ser a única fonte relacionada ao tema que apareceu nas páginas do jornal, e o surpreendente é que diferente das manchetes da Província que são do fim da década, essa é do início, de 1973. A manchete em questão, está localizada em um caderno destinado as mulheres, do jornal *O Liberal*, intitulada “Não confundir woman’s lib com gay’s lib”. A manchete traz críticas a integração das lésbicas ao movimento feminista, dando um exemplo de um filme que se divulgava sendo feminista, mas que trazia duas lésbicas como protagonistas, o que causa um claro descontentamento da colunista da reportagem.

É exatamente esse tipo de divulgação feito pelas agências que desmoraliza o movimento de libertação da mulher. Os menos avisados tendem a confundir o homossexualismo com feminismo. (...) Muitos sociólogos e psicólogos tendem a achar que a mulher é levada ao homossexualismo por neuroses não resolvidas em relação ao homem (os casos realmente patológicos são mais raros do que se pensa.) Além dos problemas familiares já bastante discutidos e vulgarizados, existem o cansaço e o desencanto de experiencias libertas vividas heterossexualmente. Desiludidas com seus vários casos amorosos, tentam encontrar o afeto a compreensão e a ternura numa outra mulher. Esse tipo de relação levado às últimas consequências faz com que o fato de se tornarem lésbicas, seja apenas um passo a mais na tentativa de serem aceitas e amadas. (Não confundir [...], 1973:3)

Além de uma moralidade imposta pela ditadura, vemos nessa manchete uma moralidade que recorria até mesmo dentro do movimento feminista e assim como na

reportagem anterior, enquadrando a homossexualidade feminina mais uma vez como uma “neurose” e como algo que se torna possível devido as “decepções heterossexuais”, como contribui Oliveira (2017) “ as discussões acerca de direitos sexuais e reprodutivos, pautadas pelo feminismo, centram-se na heterossexualidade, como se lésbicas ou bissexuais não existissem –ou não fossem mulheres.” (Oliveira, 2017:11). De acordo com Auad e Lahni (2013), as mulheres lésbicas ficam com a marca de duplamente desviante, já que não homem e não heterossexual.

Às mulheres lésbicas recai a diferença hierarquizada do feminino (sempre em relação ao masculino como padrão hegemônico) e, soma-se a isso, a desigualdade relativa à homossexualidade. Duplamente desviantes, porque não homem e não heterossexual, as mulheres lésbicas sofrem, na maior parte do tempo, dupla discriminação, específicas desigualdades e muita invisibilidade no que se refere aos aspectos que definem sua identidade sexual e de gênero. (Auad e Lahni, 2013:157)

Sobre a relutância do movimento feminista em acolher as mulheres lésbicas, Peter Fry (1985), fala que no Brasil, como em outros países, as lésbicas encontraram uma forte relutância inicial, por parte das feministas, em admitir em suas organizações mulheres que faziam questão de se assumirem publicamente como homossexuais. A orientação sexual das lésbicas não deixava de causar estranheza e até repulsa nas feministas heterossexuais. Isto ocorria apesar de muitas mulheres homossexuais já estarem vivendo suas vidas de acordo com os ideais de autonomia pessoal que, para muitas das feministas, ainda não passava de aspirações a serem realizadas em um futuro não-imediato. Como fala também Marisa Fernandes (2018), que no II e III Congresso da Mulher Paulista, o LF foi convidado para compor a coordenação organizadora. Elas acreditaram que por o movimento gay ter um caráter revolucionário, o movimento feminista também teria, entretanto foram ingênuas, pois descobriram que seus ideais foram um escândalo até para as feministas.

Nesses Congressos, as lésbicas do LF defendiam que as mulheres lutassem pelo prazer e pela sua sexualidade como um direito; que rompessem com o círculo de opressão e subordinação masculina, que não aceitava pluralidade da mulher; e que tomassem conhecimento de que heterossexualidade é imposta e transformada em norma, uma convicção moral que oprime, fragiliza e promove submissões, bem como impede o reconhecimento de realidades, existências e sexualidades plurais. Essas ideias não eram bem aceitas pela maior parte do movimento de mulheres e pelas feministas. O discurso das lésbicas soava como algo muito radical. (Fernandes, 2018:95)

A autora pontua que apesar dos acontecimentos, o movimento feminista fez com que as mulheres lésbicas pudessem dialogar melhor nas pautas que lhes diziam respeito, também

conseguiu impactar as mulheres de baixa renda com os discursos sobre sexualidade, dando início ao desmonte de que mulheres pobres não estariam interessadas em debater sexualidade, mas somente desigualdades econômicas. “Além disso, o assunto não ficou mais reduzido ao uso de contraceptivos, mas envolveu a liberdade de eleger sua/seu parceira/ o de cama e de vida.” (Fernandes, 2018:97)

Considerações Finais

Este trabalho buscou analisar como mulheres lésbicas eram representadas nas páginas do jornal paraense A Província do Pará, em período de censura e perseguições cometidas por um governo ditatorial, que repudiava qualquer ato visto como “subversivo”. Neste contexto, é importante destacar que embora a mídia que apoiava os discursos da ditadura tentasse silenciar, invisibilizar mulheres lésbicas, elas sempre utilizaram de mecanismos para que pudessem lutar por sua liberdade sexual e afetiva, seja se unindo a princípio com o grupo SOMOS, seja tentando dialogar com as pautas feministas, as mulheres lésbicas não se mantiveram invisíveis, estavam de muitas maneiras reivindicando seu lugar na sociedade.

Visibilizar significa tornar algo ou alguém visível. Estar visível é ser percebido. Assim, o termo visibilidade é uma qualidade dos corpos que são percebidos pelo sentido da visão. Visível, o corpo político das lésbicas se constituiu, e desse modo, visibilizado no espaço público, local em que as coisas aparecem, tornou-se parte da cidade. (Costa, 2012:202)

Podemos observar, como durante toda uma década, não se falava sobre a existência de lesbianidades nas páginas dos jornais, e quando o assunto começa a ser abordado, é de uma maneira estereotipada, irônica e preconceituosa. Esperamos ter conseguido passar de forma clara, a relação da sociedade com práticas cristãs-conservadoras, que se alinharam as ideologias de moralidade e controle da Ditadura, criando assim uma Ditadura Civil-Militar, onde muitos dos discursos proferidos pelo governo, tinham o apoio da sociedade e da mídia. Discursos estes, que se apoiavam constantemente nos conceitos biológicos.

É importante frisar que este trabalho não teve a pretensão de preencher todas as dúvidas e lacunas referente as lesbianidades na ditadura no cenário paraense, mas tentou contribuir para que as pesquisas em torno da temática cresçam cada vez mais. Em minha dissertação de mestrado, trabalhei com as representações de homens gays e travestis nas páginas dos jornais e posso afirmar o quanto é gritante a diferença entre os números de fontes

documentais. Enquanto se encontra desde o início da década até seu fim, inúmeras reportagens tanto sobre os gays quanto sobre as travestis, sobre as lésbicas o que encontramos é o silêncio. Portanto, é de extrema importância que os estudos sobre mulheres lésbicas continuem crescendo para que essas lacunas possam ser preenchidas, para darmos voz a quem já muito foi calada. “Quantos episódios de homofobia ainda afastam mulheres lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais de um final feliz e igual ao dos heterossexuais em dignidade e direitos?” (Auad e Lahni, 2013:164)

Referências Bibliográficas

- CASALZINHO está frito. *A Província do Pará*, Belém/PA, 10 agosto. 1978. Caderno Policial:10. Biblioteca Pública Arthur Viana. CENTUR.
- COELHO, Regina. 1973. Não confundir woman's lib com gay's lib. *O Liberal*, Belém/PA, 12 out. 1973. Caderno da Mulher: 3. Biblioteca Pública Arthur Viana. CENTUR.
- CONFESSOU a ligação com outra mulher e espancou o marido. *A Província do Pará*, Belém/PA, 12 nov. 1977:11. Biblioteca Pública Arthur Viana. CENTUR.
- MULHER casa com mulher! *A Província do Pará*, Belém/PA, 04 agosto. 1978:1. Biblioteca Pública Arthur Viana. CENTUR.
- ROSSI, Ornela. Lesbianismo, a homossexualidade “platônica”. *A Província do Pará*, Belém/PA, 15 out. 1978. Caderno da Mulher:10. Biblioteca Pública Arthur Viana. CENTUR.
- TRANSA feminina deu “adultério”. *A Província do Pará*, Belém/PA, 15 agosto. 1978. Caderno Policial: 10. Biblioteca Pública Arthur Viana. CENTUR.
- AUAD, Daniela; LAHNI, Cláudia Regina. 2013. *Cidadania democrática e homossexualidades: comunicação no combate à violência contra as mulheres lésbicas*. Emblemas, v. 10, n. 2, p. 147-166.
- ALVES, R. C. B.; MATTOS, C. L. A.; DE REZENDE PINTO, M. 2020. *COR DE ROSA FICA BEM NUM 'SAPATÃO'? HOMOSSEXUALIDADE FEMININA, ESTEREÓTIPOS E CONSUMO DE PRODUTOS DE BELEZA*. Revista Tropos: comunicação, sociedade e cultura. v. 9, n. 1.
- (Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/tropos/article/view/3686>. Acesso em: 26 jan. 2024.)

- BICALHO, Renata de Almeida; DINIZ, Ana Paula Rodrigues. 2009. *Violência Simbólica e Homossexualidade: Um Estudo em Capitais Brasileiras*. XXXIII Encontro ANPAD, São Paulo.
- BORRILLO, Daniel. 2010. *Homofobia, história e crítica de um preconceito*. (Autêntica) Belo Horizonte.
- BLUME, Paula. 2021. *AS MULHERES LÉSBICAS E O LAMPIÃO DA ESQUINA CONTRA A POLÍTICA SEXUAL DA DITADURA BRASILEIRA (1978-1981)*. TCC. Graduação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre.
- BOURDIEU, Pierr. 1999. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- CARRARA, S. 2015. *MORALIDADES, RACIONALIDADES E POLÍTICAS SEXUAIS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO*. Revista Mana, v. 21, n. 2, p. 323–345.
- COMISSÃO DA VERDADE. Ditadura e homossexualidades: iniciativas da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva. [2014]. (Disponível em: < <http://verdadeaberta.org/relatorio/tomo-i/parte-ii-cap7.html>>. Acesso em: 14 de jun. 2020.)
- CHARTIER, Roger. 1991. “História Intelectual e História das Mentalidades: Uma Dupla Reavaliação”. In: *A História Cultural: Entre Práticas e Representações*. São Paulo: Difel.
- FERNANDES, Marisa. 2015. “Lésbicas e a Ditadura Militar”. In: GREEN, James N. e QUINALHA, Renan (orgs.) *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. p. 125-148. São Carlos: Edufscar,
- _____. “Ações Lésbicas”. 2018. In.: GREEN, James N.; QUINHALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa. *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda.
- FERREIRA, Paulo Roberto. 2007. *A Imprensa e o Golpe Militar de 1964*. (Paka Tatu) Belém.
- FOUCAULT, M. 1999. *História da sexualidade: a vontade de saber*. (Grael). Rio de Janeiro.
- GREEN, James N. 2019. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. (Unesp) São Paulo.
- HALL, Stuart. 2016. *Cultura e representação*. (Apicuri) Rio de Janeiro.
- KUSHNIR, BEATRIZ. 2004. *Cães de Guarda: Jornalistas e Censores, do AI-5 à constituição de 1988*. (Boitempo). São Paulo.
- LOURO, Guacira Lopes. 2004. *O corpo estranho. Ensaio sobre sexualidade e teoria queer*. (Autêntica) Belo Horizonte.

OLIVEIRA, L. F. 2017. *Quem tem medo de sapatão? Resistência lésbica à Ditadura Militar (1964-1985)*. Revista Periódicos, [S. l.], v. 1, n. 7, p. 06–19.

(Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicos/article/view/21694>. Acesso em: 20 jan. 2024.)

PRIORE, Mary Del. 2011. *Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil*. (Planeta). São Paulo.

QUINALHA, Renan Honório. 2017. *Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)*. Doutorado. Tese. Universidade de São Paulo: São Paulo.

(Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/101/101131/tde-20062017-182552/pt-br.php>. Acesso em: 20 jan. 2024.)

_____. 2018. “Uma ditadura hetero-militar: notas sobre a política sexual do regime autoritário brasileiro. In: *História do Movimento LGBT no Brasil*”. Orgs. James N. Green, Renan Quinalha, Márcio Caetano, Marisa Fernandes. 536 p. São Paulo: Alameda.

RAMOS, Silvia. 2005. “Violência e Homossexualidade no Brasil: As Políticas Públicas e o Movimento Homossexual”. In: *Movimentos sociais, educação e sexualidades / organizadoras, Miriam Pillar Grossi... [et al.]*. p. 264. Rio de Janeiro: Garamond.

RUBIN, Gayle. 2012. *Pensando o Sexo: Notas para uma Teoria Radical das Políticas da Sexualidade*.

SANT ANA, Anderson Luís. 2016. *AS CONSEQUÊNCIAS DA REVOLUÇÃO SEXUAL: UMA REFLEXÃO SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES DA VIDA ÍNTIMA EM TEMPOS DE MODERNIDADE LÍQUIDA*. Graduação. Trabalho de Conclusão de Curso. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora.

SAYÃO, Deborah Thomé. 2003. *Corpo, poder e dominação: um diálogo com Michelle Perrot e Pierre Bourdieu*. Revista Perspectiva. Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 121-149.

SCOTT, Joan W. 1990. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e realidade*. Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22.

SILVA, Sandro José da. 2012. *Quando ser gay era uma novidade: Aspectos da homossexualidade masculina na cidade do Recife na década de 1970*. Mestrado. Dissertação. Recife: Universidade Federal de Pernambuco.

SOARES, Luciano Silveira. 2018. *Cuidado em saúde e transfobia: percepções de travestis e transexuais de duas regiões do Rio de Janeiro: Maré e Cidade de Deus, sobre os serviços de saúde*. Mestrado. Dissertação. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, (Disponível em:

https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/iciict/27920/2/ve_Luciano_Silveira_ENSP_2018.

Acesso em: 20 jan. de 2024.)

SPARGO, Tamsim. 2006. *Foucault e a teoria queer*. (Pazulin). Rio de Janeiro.